

POLÍTICA

CPI — Levantamentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Paulo Bisol (PSB-RS) revelaram que 127 parlamentares conseguiram liberar em 1992 recursos públicos por meio de emendas incluídas no Orçamento Geral da União depois que a lei já havia sido votada pelo plenário. Com esse artifício, considerado ilegal, foram liberados US\$ 220 milhões a Estados e municípios. A ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, confirmou em depoimento à CPI a existência de listas com as entidades escolhidas para receber verbas. "Eu autorizava a liberação porque fui informada de que era uma prática tradicional", afirmou. A lista de nomes com envolvidos já chegou a 50 pessoas. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), afirmou que os deputados que forem acusados pela CPI serão cassados em 30 dias.